

Viação Santa Brígida Ltda.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2020



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Quotistas e Administradores da
Viação Santa Brígida Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Viação Santa Brígida Ltda. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Viação Santa Brígida Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Covid-19

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a doença provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), conhecida como Covid-19, que se tornou um problema de saúde pública mundial, trouxe impactos relevantes e sem precedentes na economia brasileira e mundial, principalmente para a atividade de transporte coletivo. A doença e as políticas de saúde pública de combate ao novo coronavírus, principalmente relacionadas a circulação de pessoas e ao isolamento social, resultaram na redução de utilização do transporte público e, conseqüentemente, de geração de receitas da Sociedade. Até o presente momento, considerando que a crise continua a evoluir, não há como determinar quais serão os impactos futuros nas operações e nos negócios da Sociedade, conseqüentemente, em suas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 não contemplam quaisquer ajustes relacionados a este assunto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2021



Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

Viação Santa Brígida Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	19.587	512
Aplicações financeiras	3	38.934	16.187
Contas a receber	4	8.993	7.059
Estoques	5	4.745	4.362
Impostos a recuperar	6	37	3.121
Outras contas a receber	-	2.528	2.090
Total do ativo circulante		<u>74.824</u>	<u>33.331</u>
Ativo não circulante			
Depósitos e cauções	7	23.712	21.504
Impostos diferidos	8	7.052	777
Adiantamentos para investimentos	9	1.231	704
		<u>31.995</u>	<u>22.985</u>
Investimentos	10	242	641
Imobilizado	11	300.035	332.389
Intangível	-	29	64
Total do ativo não circulante		<u>332.301</u>	<u>356.079</u>
Total do ativo		<u>407.125</u>	<u>389.410</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	74.204	52.141
Fornecedores	13	4.881	4.076
Obrigações trabalhistas e sociais	14	23.784	34.469
Obrigações tributárias	15	2.679	1.636
Outras contas a pagar	-	4.016	4.187
Arrendamento	17	2.639	2.352
Total do passivo circulante		<u>112.203</u>	<u>98.861</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	133.810	153.606
Passivos contingentes	18	20.892	4.604
Outras contas a pagar	-	2.272	3.212
Arrendamento	17	61.215	62.504
Total do passivo não circulante		<u>218.189</u>	<u>223.926</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	19	52.000	52.000
Reservas		24.733	14.623
Total do patrimônio líquido		<u>76.733</u>	<u>66.623</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>407.125</u>	<u>389.410</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita líquida	20	402.366	451.926
Custo dos serviços prestados	21	(323.857)	(400.178)
Lucro bruto		<u>78.509</u>	<u>51.748</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	22	(46.686)	(32.909)
Outras (despesas) operacionais líquidas	-	1.140	3.299
Resultado de equivalência patrimonial	10	(1)	88
Lucro operacional e antes do resultado financeiro		<u>32.962</u>	<u>22.226</u>
Resultado financeiro líquido	23	<u>(17.183)</u>	<u>(20.967)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro		<u>15.779</u>	<u>1.259</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente	24	(11.268)	(1.176)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido	8	6.275	777
Lucro líquido do exercício		<u>10.786</u>	<u>860</u>
Lucro líquido por quota - em reais		<u>0,21</u>	<u>0,02</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	----- 10.786	----- 860
Total do resultado abrangente do exercício	----- <u>10.786</u>	----- <u>860</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social (Nota 19.a)	Reservas		Lucros acumulados	Total
		Reserva de capital	Reserva de lucros (Nota 19.b)		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	52.000	117	13.646	-	65.763
Lucro líquido do exercício	-	-	-	860	860
Transferência para reserva de lucros	-	-	860	(860)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	52.000	117	14.506	-	66.623
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.786	10.786
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(676)	-	(676)
Transferência para reserva de lucros	-	-	10.786	(10.786)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	52.000	117	24.616	-	76.733

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	10.786	860
Ajustes para reconciliar o lucro do período com o		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	33.911	30.284
Provisão para contingência	16.288	2.070
Perda estimada com contas a receber	10	-
Resultado da equivalência patrimonial	1	(88)
Imposto diferido	(6.275)	(777)
Juros provisionados e não pagos	18.006	5.218
Resultado com operação de Swap	(11.930)	1.618
Variação cambial	10.588	(1.523)
Baixa de investimentos	-	1
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Contas a receber	(1.944)	12.311
Estoques	(383)	352
Impostos a recuperar	3.084	(2.314)
Outras contas a receber	(438)	1.857
Depósitos judiciais	(2.208)	(2.729)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	805	(8.113)
Obrigações trabalhistas e sociais	(10.685)	671
Obrigações tributárias	367	68
Outras contas a pagar	(1.111)	3.121
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	58.872	42.887
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(22.747)	(523)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de itens do ativo intangível	(484)	(111.618)
Baixa de imobilizado e intangível	363	931
Dividendos recebidos	398	3.938
Adiantamento para futuro investimento	(527)	(704)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(22.997)	(107.976)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	31.700	99.473
Pagamento de empréstimos – principal e juros	(46.097)	(32.520)
Arrendamento	(2.403)	(2.108)
Caixa líquido (consumido nas) proveniente das atividades de financiamento	(16.800)	64.845
(Redução) / Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	19.075	(244)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	512	756
No fim do exercício	19.587	512
(Redução) / Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	19.075	(244)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Viação Santa Brígida Ltda. (“Sociedade”) constituída em 26 de julho de 1966, tem por objetivo a exploração de serviços de transportes coletivos de passageiros, operando no Município de São Paulo conforme contrato de concessão celebrado com a Secretaria Municipal de Transportes, órgão da Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo. Sua principal fonte de receita decorre da exploração destes serviços, que é auferida através de remuneração atribuída pela São Paulo Transportes S.A. – SP TRANS.

Em 06 de setembro de 2019, a Sociedade, através do Consórcio Bandeirante de Mobilidade AR1 e E1, obteve do Poder concedente a concessão dos serviços públicos de transporte de passageiros (linhas Municipais). O prazo da concessão é de 15 anos.

Para atender as demandas geradas por este serviço, a Sociedade conta com aproximadamente, 3.864 colaboradores e 738 veículos, alocados em duas Unidades, localizadas no município de São Paulo. A Sociedade faz parte do Grupo Nossa Senhora do Ó.

1.1 Covid-19

Desde meados do mês de março de 2020, o mundo foi surpreendido pelo crescente avanço de um vírus surgido no final de 2019 e que se alastrou rapidamente, gerando uma pandemia global. Os efeitos mais diretos começaram a aparecer no Brasil no final de fevereiro e em março os governos estaduais e municipais impuseram ações de isolamento social que tiveram impacto direto em todos os negócios do Grupo Nossa Senhora do Ó, ao qual pertence a Sociedade.

Imediatamente, a partir de março de 2020, o conselho de diretores executivos do Grupo passou a se reunir semanalmente tomando decisões e implementando ações para minimizar os efeitos da crise, reagindo de forma rápida e diligente com base em padrões éticos de conduta profissional e responsabilidade social. Para isso, seguiu todas as recomendações de prevenção e contenção da COVID-19 recomendadas pelos órgãos de saúde competentes para se proteger, proteger seus colaboradores, a sociedade no entorno das suas operações, além da sua própria operação contra os efeitos sociais e econômicos produzidos pela pandemia.

Dentre as ações adotadas para a proteção dos seus mais de 9.000 colaboradores, foram implantadas medidas e alguns processos sanitários para a indispensável proteção da saúde de cada um dos envolvidos. Entre elas destacam-se:

- Reforço na higienização dos ambientes, seja das garagens, escritórios, bem como dos ônibus;
- Disponibilização de álcool em gel 70% em todos os setores;
- Distribuição de máscaras de tecido para todos os colaboradores;
- Incremento, esclarecimento e incentivo ao distanciamento social;
- Reforço nas publicações internas com informações de prevenção à Covid-19;

Cancelamento de reuniões presenciais - nas unidades ou externas -, bem como cancelamento de treinamentos internos e externos presenciais, adotando meios eletrônicos para realizar os contatos de trabalho;

- Demarcação de espaços de intervalo, em refeitórios e distanciamento na espera de atendimento nos postos de venda de créditos, bem como por ocasião da entrega de férias por parte dos colaboradores

Além da adoção de protocolos médicos validados com:

- Aferição de temperatura corpórea de todos os colaboradores no acesso às garagens, shopping e escritórios;
- Afastamento por 14 dias dos colaboradores com teste positivo, conforme protocolo do Ministério da Saúde e OMS;
- Afastamento dos colaboradores integrantes dos grupos de risco, conforme critérios da OMS e Ministério da Saúde, com implantação de home-office para colaboradores de todas as funções que comportam eficazmente tal medida;
- Divulgação de materiais de reforço comportamental na prevenção à COVID-19 através dos canais oficiais de comunicação do Grupo (Comunicados digitais, e-mails, portal do colaborador e Alertas de Segurança).

Estas medidas, ajudaram a preservar a saúde e as vidas dos nossos colaboradores, assegurando que não houvesse impacto no desempenho operacional e no cumprimento das viagens realizadas pelas empresas do Grupo responsáveis pelo transporte de pessoas.

Impactos Econômicos

Para as Empresas de transporte urbano, o impacto foi sentido já em meados de março de 2020, a partir do momento em que as medidas de isolamento começaram a tomar força, com a redução drástica de passageiros transportados em toda a cidade de São Paulo. No final de março de 2020, essa redução, na média, chegou a quase 70% dos passageiros, obrigando as Empresas a tomarem algumas medidas emergenciais. Como primeira ação, em comum acordo com as prefeituras e governo do Estado, a frota foi reduzida de 50 a 60% nos diversos municípios em que o Grupo opera, sempre respeitando a necessidade de não haver lotação excessiva nos carros para preservar nossos passageiros e colaboradores.

Além disso, imediatamente após as medidas de restrição de deslocamentos, todos os colaboradores do Grupo com mais de 60 anos ou que integram os grupos de risco foram colocados de férias para não se exporem ao risco de contaminação. No mês de abril de 2020, todas as empresas do Grupo aderiram também aos programas do Governo Federal de redução de jornada e salários e suspensão do contrato de trabalho para adequar a quantidade de colaboradores à necessidade de trabalho após a redução da frota. A Administração do Grupo promoveu a adesão da prorrogação de pagamentos de empréstimos em praticamente todos os contratos de financiamento por 270 dias sem nenhum custo extra, diluindo o pagamento desses vencimentos nas parcelas restantes do contrato, sem o aumento do prazo da dívida.

Além disso, aderiu às iniciativas do governo em postergar o pagamento de alguns tributos como FGTS, PIS, COFINS, IR, INSS para melhor adequar as saídas de recursos com o novo fluxo de entradas. Também negociou com diversos fornecedores a prorrogação dos prazos de pagamentos das obrigações para até 60 dias e descontos nas mensalidades de prestadores de serviço. O mais relevante foi com as distribuidoras de diesel, em que o prazo para pagamento passou de 2 para 15 dias sem nenhum ônus financeiro para o Grupo.

Após a fase aguda da crise em maio de 2020, a recuperação do número de passageiros ocorreu lentamente, chegando no quarto trimestre a quase 70% do número médio de passageiros registrado em 2019. O transporte municipal da cidade de São Paulo, com a determinação da Prefeitura pela manutenção da frota quase que completa em circulação, o impacto nas receitas foi menor dado que a empresa foi remunerada pelo custo de operação, conforme contrato de concessão assinado em 2019.

Perspectivas para 2021

Apesar das boas perspectivas de retorno das atividades no final de 2020, já logo no início do ano vários índices demonstraram que a pandemia ganharia força em todo o Brasil. O surgimento de uma nova Cepa do vírus em Manaus com maior poder de transmissão, novos estudos indicando a possibilidade de nova contaminação para aqueles que já tinham se infectado anteriormente, somado à baixa adesão da população brasileira às recomendações de distanciamento social fez com que o Brasil se tornasse o novo epicentro da pandemia no mundo.

Sendo assim, a partir de março, todos os municípios em que o Grupo opera no transporte coletivo municipal retroagiram à fase vermelha do Plano São Paulo do Governo Estadual, adotando fortes restrições a movimentação de pessoas, o que novamente impactou diretamente na quantidade de passageiros transportados. Por determinação do poder público, o Grupo manteve a frota que vinha operando anteriormente nas ruas para tentar manter o distanciamento social. No serviço municipal de São Paulo, a Prefeitura vem cumprindo o contrato assinado em 2019 e remunera as Empresas de acordo com o custo apurado nas viagens realizadas, mantendo o serviço financeiramente estável. A Sociedade está em nova negociação com as instituições financeiras para prorrogação do prazo de liquidação de empréstimos, renegociação de prazo de pagamento a fornecedores e reduzindo mensalidades dos prestadores de serviço para adequação do fluxo de caixa.

O Grupo espera que, com o avanço da vacinação ao longo do primeiro semestre de 2021, a situação possa voltar ao equilíbrio a partir do início do segundo semestre e está tomando todas as medidas necessárias para passar por esse novo momento de forte crise de modo a gerar menos impactos para seus colaboradores, acionistas, passageiros e fornecedores.

2. Base de apresentação e preparação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão da Sociedade) foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela diretoria da Sociedade em 23 de abril de 2021.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Sociedade é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.4. Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

2.1.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os principais valores estimados decorrem da seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e intangível, das provisões para passivos contingentes e trabalhistas, do reconhecimento de perdas para créditos de liquidação duvidosa e das determinações para tributos incidentes sobre o resultado e outras similares. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação a essas estimativas.

2.2. Principais práticas contábeis

2.2.1 Apuração do resultado

O resultado das operações relativos aos custos e despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento do atingimento da obrigação de performance. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização. Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e podem ser razoavelmente mensurados.

2.2.2. Perda por redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos imobilizado e intangível são revistos ao final de cada exercício para determinar se há qualquer indicação de que esses ativos sofreram uma perda por redução ao valor recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável de qualquer ativo afetado (ou grupo de ativos relacionados) é estimado e comparado com o seu valor contábil. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil deve ser reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida imediatamente no resultado do exercício, com possível reversão no futuro, se julgado aplicável.

Na expectativa de continuidade operacional a Administração analisou a probabilidade de indicação de perda ou redução do valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível, concluindo que não caberia qualquer ajuste de redução em 31 de dezembro de 2020.

2.2.3. Caixa e equivalente de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.2.4. Instrumentos financeiros

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis.

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Classificação e mensuração

A Sociedade classifica seus ativos e passivos financeiros como de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(a) Caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes, fornecedores e empréstimos e financiamentos

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização ou liquidação, estando, quando aplicável, destacados na correspondente nota explicativa os rendimentos ou encargos financeiros auferidos ou incidentes, os quais refletem as condições usuais de mercado.

(b) Considerações sobre riscos

Risco de crédito

É avaliado como baixo em face da particularidade da operação (transporte de passageiro). As demonstrações contábeis, quando aplicável, contemplam eventuais perdas esperadas na recuperação de recebíveis.

(c) Derivativos

A Sociedade possui operações de *swap* de fluxo de caixa no exercício de 2020 e 2019, contratados as condições normais de mercado, os detalhes destas operações estão divulgados na Nota Explicativa nº 12 item a).

2.2.5. Contas a receber

São registradas e mantidas no ativo pelo valor nominal e deduzidas das perdas de crédito esperadas com base em análise dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos. Não há ajuste a valor presente do saldo do contas a receber devido ao curto prazo de realização.

2.2.6. Estoques

Os materiais de almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado; o reconhecimento de perda para estoques obsoletos é efetuado sempre que identificado.

2.2.7. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e construção de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil de cada componente.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.2.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações (em base *pro-rata dia*).

2.2.9. Empréstimos e financiamentos

São registrados pelo seu valor nominal acrescidos de juros, calculado "*pro-rata dia*" até a data de encerramento das demonstrações contábeis. As parcelas vincendas em período acima de 12 meses são classificadas no passivo não circulante.

2.2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.11. Passivos contingentes

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais da Sociedade.

2.2.12. Demais passivos circulantes e não circulantes

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou é constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

2.2.13. Tributação

Impostos sobre prestação de serviços

As receitas de venda e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição previdenciária sobre a receita bruta – 2%

As receitas de serviços prestados estão apresentadas líquidos destes encargos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O IRPJ é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, e a CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Os tributos diferidos, quando aplicável, são calculados sobre os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, decorrentes das adições e exclusões efetuadas no resultado contábil para fins da determinação do resultado tributário. Essa contabilização está fundamentada na expectativa de realização de lucros tributáveis para o próximo exercício.

2.2.14. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2., a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais informações sobre julgamentos e estimativas críticas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritos a seguir:

a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Sociedade verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para os ativos financeiros e não financeiros.

b) Passivos contingentes

A Sociedade reconhecerá passivo contingente sempre que a perda puder ser razoavelmente estimada. Na hipótese em que o montante envolvido não possa ser razoavelmente estimado, toda e qualquer informação relevante será divulgada, em nota explicativa, expondo os riscos em que a Sociedade está sujeita.

c) Perda esperada com contas a receber

Uma provisão é registrada em uma quantia considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas decorrentes de cobranças de créditos a receber com base na perda esperada. Para reduzir o risco de crédito, a Sociedade adota como prática a análise dos créditos pendentes de longa data.

2.2.15. Novas normas, alterações e interpretações de normas adotadas pela primeira vez em 2020

- **Alterações no CPC 26 (R1) e do CPC 23 – Definição de material:** esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis;
- **Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Reforma da taxa de juros de referência:** estabelecem alterações sobre:
 - Incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência; e
 - Aplicação de requisitos específicos sobre a contabilização de hedge.
- **Alterações no CPC 06 (R2) - Benefícios relacionados à Covid-19** concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento: As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

A Administração avaliou os impactos da adoção destas alterações nas normas e verificou que não há impactos significativos sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	475	476
Bancos	19.112	36
Total de caixa e equivalentes de caixa	19.587	512
Aplicações financeiras	38.934	16.187
Total de aplicações financeiras	38.934	16.187

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprometidos por instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata.

4. Contas a receber

	2020	2019
São Paulo Transporte S.A.	8.322	5.758
Clientes diversos	823	1.443
(-) Perda esperada com contas a receber	(152)	(142)
Total	8.993	7.059

Os valores a receber da São Paulo Transporte S.A, refere-se aos serviços de transporte coletivo de passageiros, reconhecidos pelo valor individual das bilhetagens incorridas. O saldo de R\$ 8.322 não possui créditos vencidos em 31 de dezembro de 2020.

A composição do saldo, com base nos vencimentos, é a seguinte:

	2020	2019
Valores a vencer	8.879	6.913
Vencidas de 01 a 30 dias	41	59
Vencidas de 31 a 60 dias	3	15
Vencidas de 61 a 90 dias	19	7
Vencidas de 90 a 180 dias	45	7
Vencidas a mais de 180 dias	158	200
Total	9.145	7.201

A movimentação da perda esperada com contas a receber é conforme segue:

	2020	2019
Saldo inicial	(142)	(142)
Constituição	(10)	-
Saldo final	(152)	(142)

Por meio de julgamento realizado com base no histórico de realização dos valores em aberto e na expectativa de perdas futuras, a Administração da Sociedade entende que não existem perdas adicionais significativas a serem registradas em 31 de dezembro de 2020.

5. Estoques

	2020	2019
Combustíveis	971	923
Peças, componentes e acessórios	2.655	2.293
Pneus	116	171
Uniformes	149	240
Recondicionados	358	325
Estoque em poder de terceiro	115	140
Outros	381	270
Total	4.745	4.362

6. Impostos a recuperar

	2020	2019
IRRF	24	62
IRPJ (i)	-	2.244
CSLL (i)	-	802
INSS	13	13
Total	37	3.121

(i) A Sociedade procedeu com a compensação do imposto de renda e contribuição social na apuração do lucro real do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

7. Depósitos e cauções

	2020	2019
Depósitos processos trabalhistas	5.379	5.486
INSS – FAP (i)	17.767	15.451
Outros	566	567
Total	23.712	21.504

(i) A Sociedade está em discussão judicial junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre o percentual do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), da forma que mantém depositado em juízo os montantes em discussão de 17.767.

8. Impostos diferidos

São registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o respectivo valor contábil além dos prejuízos fiscais apurados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos	2020	2019
Provisão para demandas judiciais	16.289	-
Outras provisões	4.452	2.286
Total	20.741	2.286
Total do IRPJ e CSLL diferidos ativo (34%)	7.052	777

9. Adiantamentos para investimentos

	2020	2019
Adiantamento para constituição do STCP SP – FIP (i)	1.231	704
Total	1.231	704

(i) Em decorrência de requerimento contratual junto ao Poder Concedente, a Sociedade e os demais participantes do sistema de transporte coletivo público da Cidade de São Paulo devem constituir um Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, com o objetivo de aquisição de participação em empresa do setor de tecnologia da informação voltada para o mercado de transporte coletivo de passageiros e para administração de ativos relacionados, direta ou indiretamente a esta finalidade. Em decorrência deste requerimento contratual, o Poder Concedente efetua a retenção de valores sobre a remuneração devida à Sociedade, e que serão posteriormente convertidos em cotas do fundo no momento da sua constituição.

10. Investimentos

O saldo de investimentos está assim apresentado:

	% de Participação	2020	2019
Coligadas Diretas			
Primebus Comercialização de Veículos Ltda.	35,80%	242	641
Total		242	641

A Sociedade não controla a coligada.

As movimentações para o período findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Primebus
Saldo em 31 de dezembro de 2019	641
Resultado de equivalência patrimonial	(1)
Distribuição de lucros	(398)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	242

As informações acerca dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como seguem:

Investidas	2020				
	<u>País</u>	<u>Participação</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Prejuízo do exercício</u>
Primebus Comercialização de Veículos Ltda.	Brasil	35,80%	676	-	(3)

Investidas	2019				
	<u>País</u>	<u>Participação</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Lucro do exercício</u>
Primebus Comercialização de Veículos Ltda.	Brasil	35,80%	1.791	19	247

11. Imobilizado

	Média de vida Útil estimada (em anos)	Bens em operação				Depreciação acumulada				Imobilizado líquido	
		2019	Adição	Baixa	2020	2019	Adição	Baixa	2020	2020	2019
		Instalações e benfeitorias	4	1.822	20	-	1.842	(1.428)	(111)	-	(1.539)
Máquinas e equipamentos	10	3.014	64	-	3.078	(2.259)	(152)	-	(2.411)	667	755
Móveis e utensílios	10	2.278	4	(1)	2.281	(1.802)	(163)	-	(1.965)	316	476
Ônibus	5 a 10	443.720	-	(30.794)	412.926	(183.801)	(27.926)	30.702	(181.025)	231.901	259.919
Vans	-	1.655	-	(1.026)	629	(1.267)	(105)	755	(617)	12	388
Veículos de suporte operacional	5 a 10	941	393	(41)	1.293	(833)	(111)	43	(901)	392	108
Equipamentos de informática	5	2.475	3	-	2.478	(2.362)	(50)	-	(2.412)	66	113
Validadores eletrônicos	5	6.468	-	-	6.468	(3.867)	(427)	-	(4.294)	2.174	2.601
AVL - GPS	-	2.350	-	-	2.350	(2.305)	(11)	-	(2.316)	34	45
Benfeitorias em bens de terceiros	4	6.316	-	-	6.316	(1.297)	(251)	-	(1.548)	4.768	5.019
Direito de uso (i)		66.964	1.400	-	68.364	(4.393)	(4.569)	-	(8.962)	59.402	62.571
Total		538.003	1.884	(31.862)	508.025	(205.614)	(33.876)	31.500	(207.990)	300.035	332.389

(i) Direito de uso referente aos arrendamentos das localidades de Jaraguá e Mangalot.

12. Empréstimos e financiamentos

	Encargos (%a.a)	2020	2019
Empréstimos e capital de giro (a)	Taxa Fixa+CDI	69.201	56.011
Finame (b)	TJLP+Taxa Fixa	77.198	86.037
Leasing financeiro (c)	Taxa fixa	61.616	63.698
Total empréstimos e financiamentos		208.015	205.747
Circulante		74.204	52.141
Não circulante		133.811	153.606
Total empréstimos e financiamentos		208.015	207.747

(a) Empréstimos e capital de giro

	Taxa a.a.	2020	2019
Banco Safra	9,80%	6.876	479
Banco Bradesco S/A	10,03%	23.606	7.278
Banco Itaú – Swap (i)	4,7% e 4,02%	45.162	56.583
(-) Encargos Financeiros	-	(6.443)	(8.329)
Total empréstimos e capital de giro		69.201	56.011

(i) A Sociedade celebrou contratos junto ao Banco Itaú S.A. para operação de troca de resultado financeiro (*Swap* de fluxo de caixa). A Sociedade obriga-se pela diferença entre a parcela de juros e parcela de principal, caso estas sejam superiores as respectivas parcelas de juros e principal do Banco Itaú S.A. nas respectivas datas de pagamentos. Em 31 de dezembro de 2020, o resultado da marcação a mercado dos contratos de *Swap* não liquidados era de R\$ 11.930 a pagar ao Banco Itaú (Nota Explicativa nº 23).

(b) Finame

	Taxas a.a.	2020	2019
Banco Safra	10,31%	22.136	25.568
Banco Mercedes-Benz	10,40%	-	383
Banco Volvo Brasil S/A	10,09%	67.539	70.793
Banco Santander	10,09%	6.425	7.681
Financeira Alfa S/A	9,60%	-	43
(-) Encargos financeiros	-	(18.902)	(18.431)
Total Finame		77.198	86.037

(c) *Leasing* financeiro

	Taxas a.a.	2020	2019
Banco Safra	9,03%	21.465	24.274
Banco Bradesco	9,85%	29.245	31.607
Banco Santander	9,17%	21.582	21.641
(-) Encargos financeiros	-	(10.676)	(13.824)
Total <i>leasing</i> financeiro		61.616	63.698

Os empréstimos e financiamentos estão representados por linhas de crédito obtidas através do *Finame*, *leasing* financeiro e empréstimos em moeda estrangeira basicamente obtidos para aquisição de veículos para a frota operacional, a taxas usuais de mercado junto aos bancos de primeira linha.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o período findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	205.747
Captação	31.700
Pagamento – principal	(35.580)
Pagamento – juros	(10.517)
Variação cambial	10.588
Swap – MTM	(11.930)
Encargos financeiros	18.006
Saldo em 31 de dezembro de 2020	208.014

O cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos de longo prazo é como segue:

Ano de vencimento

2022	48.881
Acima de 2023	84.829
Total empréstimos e financiamento passivo não circulante	133.810

13. Fornecedores

	2019	2019
Fornecedores de combustíveis, peças para manutenção, carrocerias e chassis	4.881	4.076
Total	4.881	4.076

14. Obrigações trabalhistas e sociais

	2020	2019
Salários a pagar	4.637	6.316
Pensões alimentícias a pagar	167	218
INSS a recolher	2.344	2.722
FGTS a recolher	1.490	1.810
Provisão de férias e encargos sociais	14.916	23.123
Outros	230	280
Total	23.784	34.469

15. Obrigações tributárias

	2020	2019
PIS a recolher	3	1
Cofins a recolher	16	4
CPRB a recolher	807	712
IRRF a recolher	563	908
IRPJ a recolher	835	-
CSLL a recolher	448	-
Impostos retidos de terceiros a recolher	10	11
Total	2.679	1.636

16. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e os diretores administrativos. A remuneração paga ou a pagar por serviços está representada por honorários que atingiram R\$ 1.070 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.129 em 31 de dezembro de 2019).

Transações com partes relacionadas – compartilhamento de despesas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as transações com partes relacionadas referiram-se ao compartilhamento de custos e despesas administrativas pagas à Nossa Senhora do Ó S.A. (“CENSO”) no montante de R\$ 5.377 (R\$ 6.408 em 31 de dezembro de 2019).

17. Arrendamentos

A Sociedade possui contrato de arrendamento referente à duas garagens, sendo uma em Osasco e outra em Santana do Parnaíba, por serem contratos de mesma natureza, ambos estão sendo apresentados em conjunto.

O cronograma de pagamento dos arrendamentos e conforme segue:

Fluxo de pagamentos	2020
2020	8.520
A partir de 2021	102.240
Total	110.760
Encargos financeiros futuros	(46.906)
Valor presente do arrendamento	63.854
Curto prazo	2.639
Longo prazo	61.215
Total	63.854

A movimentação do arrendamento é conforme segue:

	2020
Saldo em 31/12/2019	64.857
Juros incorridos	6.117
Pagamentos – principal e juros	(5.080)
Descontos obtidos	(3.440)
Reajuste contratual	1.400
Saldo em 31/12/2020	63.854

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IPCA estimada para 2021 de 3,43% representam os seguintes montantes:

Ativos de direito de uso		Passivos de Arrendamento	
31/12/2020		31/12/2020	
Fluxo real		Fluxo real	
Direito de uso	59.402	Passivo de arrendamento	63.854
Depreciação	(4.569)	Despesa financeira	(6.117)
	31/12/2020		31/12/2020
Fluxo inflacionado		Fluxo inflacionado	
Direito de uso	61.439	Passivo de arrendamento	66.044
Depreciação	(4.726)	Despesa financeira	(6.327)

Os ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – “Arrendamento”, sendo arrendamentos de curto prazo ou arrendamentos de baixo valor, geraram impacto no resultado conforme abaixo:

	2020	2019
Aluguel de imóvel	447	423
Total	447	423

18. Passivos contingentes

A Administração da Sociedade, baseada na avaliação de seus assessores jurídicos, provisionou os processos classificados como perdas prováveis em 31 de dezembro de 2020 conforme segue:

Provisão para contingências	2020	2019
Trabalhistas (i)	20.072	3.491
Cível	821	1.113
Total	20.892	4.604

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade procedeu com o registro no montante de R\$ 17.767 referente a provisão do Fator Acidentário de Prevenção (“FAP”) em discussão junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), dos quais possuem depósitos judiciais correspondentes, conforme mencionada na Nota Explicativa nº 7.

As movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.604
(Pagamentos)	(2.239)
Ingressos	19.669
(Reversões)	(1.142)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.892

Perdas possíveis

A Sociedade tem ações de natureza trabalhistas e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 3.318 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 5.398 em 31 de dezembro de 2019).

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social está representado por 52.000.000 (cinquenta e dois milhões) quotas subscritas e integralizadas, ao valor unitário de R\$ 1,00 totalizando R\$ 52.000 (cinquenta e dois milhões de reais). Conforme a 19ª alteração do Contrato Social ocorrida em 05 de junho de 2018, os sócios cotistas aprovaram o aumento do capital com reservas de lucros na proporção de R\$ 18.000 (dezoito milhões de reais), mediante a emissão de 18.000.000 (dezoito milhões) de novas cotas a serem distribuídas aos sócios cotistas na proporção das participações já existentes.

b) Reserva de lucros

A Administração da Sociedade propôs a constituição da reserva de lucros a destinar mediante a destinação integral do saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 10.786 (R\$ 960 em 31 de dezembro de 2019), conforme demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Companhia procedeu com o registro no montante de R\$ 676, a título de ajuste de exercício anteriores, em virtude da constatação de correção na apuração do imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

20. Receita líquida

	2020	2019
Receita bruta		
Prestação de serviços públicos	410.577	461.149
	410.577	461.149
Impostos e contribuições sobre receitas		
Contribuição Previdenciária (sobre receita bruta)	(8.211)	(9.223)
	(8.212)	(9.223)
Receita líquida	402.366	451.926

21. Custo dos serviços prestados

	2020	2019
Custo com pessoal	(203.092)	(255.842)
Combustível/lubrificantes	(66.597)	(90.059)
Materiais	(21.876)	(22.508)
Serviços	(1.557)	(1.100)
Legalizações – veículos	(830)	(1.276)
Aluguéis de bens e imóveis	(40)	(88)
Manutenção de bens e instalações	(478)	(1.835)
Concessionárias	(14)	(1.333)
Depreciação/amortização	(28.814)	(25.241)
Serviços profissionais	(26)	(174)
Outros custos	(533)	(722)
Total	(323.857)	(400.178)

22. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019 (ii)
Despesa com pessoal	(15.015)	(15.349)
Despesas com veículos	(26)	(14)
Legalização de veículos	(13)	(62)
Aluguéis de bens e imóveis	(407)	(335)
Provisões para contingências (i)	(16.288)	(2.070)
Manutenção de bens e instalações	(1.091)	(276)
Concessionárias	(1.528)	(376)
Depreciação/amortização	(5.097)	(5.043)
Serviços profissionais	(1.820)	(2.017)
Compartilhamento de despesas - CENSO	(5.379)	(6.408)
Outras despesas	(22)	(959)
Total	(46.686)	(32.909)

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade procedeu com o registro no montante de R\$ 17.767 referente a provisão do Fator Acidentário de Prevenção ("FAP"), em virtude da estimativa de perda sobre o tema que está sendo discutido junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- (ii) A Sociedade procedeu com a reclassificação da rubrica Despesas gerais e administrativas e Outras (despesas) operacionais líquidas, para melhor apresentação dos saldos de provisões para contingências, a citada reclassificação não repercutiu em outros efeitos sobre as demonstrações contábeis.

23. Resultado financeiro líquido

	2020	2019 (i)
Receitas financeiras		
Juros e dividendos	142	168
Juros sobre aplicações financeiras	381	1.102
Descontos obtidos	300	72
Desconto de juros sobre arrendamento	1.968	-
Outras receitas financeiras	2.882	-
Total das receitas financeiras	5.673	1.342
Despesas financeiras		
Juros passivos sobre empréstimos e financiamentos	(18.006)	(15.630)
Variação cambial	(10.588)	1.523
Resultado sobre operação de Swap	11.930	(1.618)
Juros sobre arrendamento	(6.117)	(6.092)
Descontos concedidos	(7)	(6)
Despesas bancárias	(31)	(466)
Outras despesas financeiras	(37)	(20)
Total das despesas financeiras	(22.856)	(22.309)
Resultado financeiro líquido	(17.183)	(20.967)

- (i) A Sociedade procedeu com a reclassificação das despesas financeiras, para melhor apresentação dos juros de arrendamento e demais despesas bancárias, a citada reclassificação não resultou em outros efeitos sobre as demonstrações contábeis.

24. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, consoante legislação específica, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	15.779	1.259
Adições/(exclusões)	19.136	5.662
Lucro tributável	34.915	6.922
Imposto de renda	(5.238)	(1.038)
Adicional de 10%	(3.468)	(367)
Contribuição social	(3.143)	(623)
Outras	581	852
Imposto de renda e contribuição social correntes	(11.268)	(1.176)

25. Cobertura de seguros

A Sociedade não possui cobertura de seguros, em virtude de não considerar aplicável em sua atividade operacional, para cobrir eventuais perdas no seu ativo imobilizado.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação quanto à necessidade de contratação, bem como da adequação das coberturas de seguros.

26. Transações que não afetam caixa

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 43, a seguir estão apresentadas as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa.

	2020	2019
Transações de investimento		
Adição de contrato de arrendamento	1.400	66.964
Transações de financiamento		
Adição de direito de uso	1.400	66.964

* * *